

Brasil não pretende suspender moratória

Humberto Neto

O governo brasileiro não pretende suspender a moratória de sua dívida externa enquanto não atingir dois objetivos que considera fundamentais: 1º) o restabelecimento das reservas cambiais do país em um nível bastante superior àquele que levou o governo a "detonar" a moratória no dia 20 de fevereiro; e 2º) alcançar um entendimento básico com os credores capaz de dar ao Governo uma maior tranquilidade. Foi o que admitiu ontem o embaixador em Washington, Marcílio Marques Moreira, depois de ser condecorado no Itamarati, durante as comemorações do "Dia do Diplomata".

Após salientar que a apresentação, pelo governo, de um programa econômico "nunca foi uma pré-condição" para que o Brasil chegasse a um acordo com seus credores, o embaixador Marcílio Moreira considerou normal que os credores "queiram saber para onde vai a economia do país", pois "se estamos pedindo a eles a extensão de créditos a longo prazo, é natural que queiram ver para onde vamos nesse longo prazo".

Para o embaixador, "o problema básico é nós termos um programa econômico que seja bom para os brasileiros, seja coerente na sua formulação, abrangente no seu escopo e que sua implementação seja consistente. Se isso for feito e apresentado aos credores externos, terá menor importância então se isso passa ou não através de um acordo com o Fundo Monetário Internacional".

Com ou sem um acerto prévio com o FMI, o que o embaixador brasileiro defende é um acordo entre o Brasil e seus credores capaz de "atender aos legítimos interesses do Brasil e que, ao mesmo tempo, seja aceitável pelos credores. Portanto, um acordo que não só trate de reescalonar de uma maneira inovadora e mais flexível o pagamento da dívida externa, mas que, sobretudo, garanta ao Brasil o acesso, no futuro, aos créditos necessários para podermos suplementar a poupança interna e assim lastrear um programa de investimento de que o Brasil precisa para se modernizar e para continuar na sua rota de desenvolvimento".

Moratória

Habilidoso, o embaixador evitou, por várias vezes, o termo "moratória", que preferiu substituir por "suspensão dos pagamentos de juros devidos por empréstimos a médio e longo prazos". Mas a cautela não lhe

Planalto prefere silêncio

Para evitar polêmicas sobre a visita das missões técnicas do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial (BIRD), as autoridades do Palácio do Planalto congelaram praticamente quaisquer informações ou comentários a respeito da presença no Brasil, durante toda essa semana, dos técnicos destas duas instituições.

O secretário de Imprensa da Presidência da República, Frota Neto, declarou ontem que "sobre o FMI eu não tenho nada a comentar". Lembrou apenas que as duas missões estão levantando dados sobre a economia brasileira nas instâncias devidas: no Ministério da Fazenda e no Banco Central.

Este silêncio do Palácio do Planalto significa, se não uma predisposição para retomar um entendimento com o Fundo, pelo

FMI começa a ver contas

O FMI começou ontem efetivamente, a desenhar um "retrato" da economia brasileira. O chefe da Divisão do Atlântico Sul do organismo, Thomas Reichmann, esteve reunido com o titular da Secretaria de Controle de Empresas Estatais (Sest), Júlio Colombi, e com o diretor de mercado de capitais do Banco Central, Luiz Carlos Mendonça de Barros. Na Sest, Reichmann quis saber do desempenho financeiro das empresas do governo e dos planos para a privatização.

No Banco Central, o líder da missão do FMI — integrada ainda por Carlos Muniz (adjunto de Reichmann), Eric Clifton, Guimarcindo Oliveros, Doris Ross e Gladys Lanio — procurou se inteirar sobre o mercado de capitais e da forma pela qual os recursos financeiros são direcionados ao setor produtivo, bem como dos números de poupança interna, segundo relato de um funcionário do BC.



Marcílio: atingir objetivos

impediu de dizer que é contrário ao que tem revelado o ministro da Fazenda, Bresser Pereira, favorável a que o país retome o pagamento parcial do serviço da dívida. Marcílio Moreira acha que isso não pode ser feito a não ser "quando as nossas reservas estiverem recompostas a um nível que nos dê segurança". Ele não soube precisar que nível é esse, lembrando que "isso sempre foi considerado um problema não só econômico, mas de segurança nacional, de modo que não tenho condições de responder".

Nas diversas entrevistas que concedeu à imprensa ontem no Itamaraty, o embaixador brasileiro em Washington não se cansou de repetir que o Brasil só voltará a saldar os juros de sua dívida externa "quando ocorrerem duas coisas: 1º) quando as reservas se estabelecerem a um nível superior àquele que detonou a moratória, ou melhor, níveis bastante superiores; e 2º) quando nós já tivermos algum entendimento básico com os credores que nos dê certa tranquilidade".

Ele também insistiu na tese de que o aval do FMI não é indispensável para que o país chegue a um acordo com seus credores e mesmo ao reiterar que o Brasil não pensa, por ora, em retomar o pagamento dos juros de sua dívida externa, deixou claro que não acredita em confrontação com os credores. Para o representante do governo brasileiro nos Estados Unidos, existe, de lado a lado, uma atitude racional: "nunca se pode descartar inteiramente atitudes irracionais, mas acho que, como até agora, vai prevalecer o bom senso de lado a lado".

menos uma expectativa de que, ao facilitar a vida da missão aqui, possam ser abertos canais favoráveis à negociação com os credores privados.

O relatório do Fundo vai subsidiar as decisões de renegociação da dívida brasileira com o Clube de Paris, podendo abrir ainda a possibilidade de retomada dos créditos a curto prazo, destinados a financiar as exportações brasileiras.

O relatório do Banco Mundial tem vínculos diretos com linhas de crédito ao Brasil, já acertadas, e que se situam em torno de US\$ 2,5 bilhões, recursos que entrariam no País nos próximos três anos. Uma parcela, entretanto, de US\$ 1,2 bilhões, destina-se à amortização de dívidas vencidas e por vencer, ainda este ano, com o BIRD.

Na saída da sala de trabalho, no primeiro subsolo do Banco Central, Reichmann reiterou que sua estada no Brasil — que deverá durar até meados da semana que vem — destina-se a apenas obter informações, não estando autorizado a fazer comentários sobre a política econômica interna do país inspecionado. Ainda à tarde, os técnicos do FMI trabalharam nas dependências do Departamento Econômico (Depec), coletando números referentes ao comércio exterior.

Hoje, o chefe da missão do Fundo Monetário Internacional (FMI), Thomas Reichmann, analisa as contas brasileiras no setor externo. Ele tem encontro marcado, à tarde, com o diretor para assuntos da dívida externa do Banco Central, Antônio de Padua Seixas e com o diretor da área externa, Carlos Eduardo de Freitas.